



## CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Entre:

**Município da Marinha Grande**, pessoa coletiva de direito público, com sede na Praça Guilherme Stephens, Marinha Grande, NIPC 505 776 758, representado por Aurélio Pedro Monteiro Ferreira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, adiante designado como entidade concedente ou primeiro outorgante;

e

**Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio**, pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com sede na Rua dos Fundadores, nº 1, Picassinos, 2430-432 Marinha Grande, NIPC 501056467, representada por Cristina de Jesus e Sousa, na qualidade de Presidente da Direção, adiante designada como entidade beneficiária ou segundo outorgante.

Considerando que:

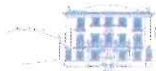
- a) Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o n.º 1 do artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa.
- b) Compete à Câmara Municipal apoiar entidades e atividades de interesse municipal, designadamente de carácter desportivo, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º publicado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.
- c) Os apoios ou participações financeiras concedidas pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, de acordo com o n.º 3 do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto).
- d) As entidades beneficiárias de apoios ou participações financeiras na área do desporto ficam sujeitas a fiscalização por parte da entidade concedente, de acordo com o n.º 4 do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro.
- e) Os apoios financeiros, materiais e logísticos concedidos pelos municípios devem ser objeto de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos enunciados no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019.

É celebrado o presente contrato-programa nos seguintes termos:

**Cláusula 1.ª****Objeto do contrato**

- 1 - O presente contrato tem por objeto a execução de um programa de desenvolvimento desportivo apresentado pela entidade beneficiária, para a época desportiva de 2021/2022;
- 2 - O programa de desenvolvimento desportivo, que se anexa e se dá por integralmente reproduzido, obedece ao disposto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019.

CONTRATO PROGRAMA DDC 50-2021



Praça Guilherme Stephens  
2430-522 Marinha Grande

(00351) 244 573 300 tel  
(00351) 244 561 710 fax

geral@cm-mggrande.pt  
www.cm-mggrande.pt

NIF 505776758

Página 1 de 4

**Cláusula 2.ª****Obrigações do segundo outorgante**

Constituem obrigações do segundo outorgante:

- a) Assegurar a execução integral do programa de desenvolvimento desportivo anexo a este contrato;
- b) Assegurar a execução integral dos termos do presente contrato;
- c) Afetar o apoio financeiro concedido exclusivamente à execução do programa objeto deste contrato;
- d) Informar de imediato a entidade concedente de quaisquer factos que sejam suscetíveis de perturbar a normal execução do contrato;
- e) Prestar consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos da lei;
- f) Incluir nos seus relatórios anuais de atividades uma referência expressa à execução do contrato-programa;
- g) Elaborar e enviar à entidade concedente, até 31 de agosto de 2022, um relatório sobre a execução do contrato-programa, tendo em conta a justificação e os resultados esperados do programa de desenvolvimento desportivo;
- h) Prestar quaisquer informações ou apresentar documentos solicitados pela entidade concedente que respeitem à execução do programa;
- i) Dar a conhecer aos seus associados, dirigentes, beneficiários e outros, a celebração deste contrato-programa.
- j) Organizar a sua contabilidade por centros de custo, com reconhecimento claro dos custos incorridos pelo presente contrato-programa e a identificação das receitas nos termos do n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019;
- k) Certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019, até ao limite do prazo estipulado para submissão de contas da entidade beneficiária da comparticipação à Autoridade Tributária, se aplicável.

**Cláusula 3.ª****Duração do contrato**

O presente contrato vigora até ao cumprimento de todas as obrigações assumidas pela entidade beneficiária.

**Cláusula 4.ª****Comparticipação financeira**

- 1 – Pela execução do programa de desenvolvimento desportivo o segundo outorgante é beneficiário de um apoio financeiro por parte do primeiro outorgante no valor de 61.187,12 € (sessenta e um mil cento e oitenta e sete euros e doze cêntimos).
- 2 - A comparticipação financeira corresponde ao valor que resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações/federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, majorações e a participação nos diversos campeonatos, com base nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades.
- 3 - A restante componente financeira e quaisquer outros custos necessários à implementação do objeto deste contrato são suportados pela entidade beneficiária.
- 4 - Para efeitos do disposto no número anterior a entidade beneficiária de apoios financeiros deve prestar consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril.
- 5 - O pagamento da comparticipação financeira depende da inexistência, à data do mesmo, de uma situação de incumprimento por parte do beneficiário das suas obrigações fiscais, para com a segurança social e para com a entidade concedente.
- 6 - O segundo outorgante deve apresentar, até 31 de agosto de 2022, um relatório de receitas e despesas no âmbito do presente contrato, com inclusão de fotografias, lista dos atletas inscritos e apoiados, bem como a lista dos jogos e/ou competições realizadas durante a época desportiva, na época de 2021/2022.

CONTRATO PROGRAMA DDC 50-2021





7 - A entidade beneficiária deve ainda mencionar no relatório final, constante do número anterior, se recebeu qualquer outro apoio proveniente de uma entidade pública, que seja suscetível de se refletir no cômputo global do apoio concedido em função do valor total do apoio considerado.

8 - A despesa inerente a este contrato será satisfeita por dotação existente na seguinte classificação económica nº 040701; compromisso n.º 982/2021;

9 - Em caso algum, será efetuado pelo primeiro outorgante qualquer pagamento no âmbito do presente contrato no ano de 2022 e subsequentes.

10 - Apenas serão suportados os encargos diretamente relacionados com objeto do presente contrato e até ao limite estabelecido no n.º 1.

#### Cláusula 5.ª

##### Acompanhamento e controlo deste contrato

1 - O primeiro outorgante exerce a fiscalização da execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

2 - A entidade beneficiária da comparticipação financeira inclui nos seus relatórios anuais de atividade uma referência expressa à execução do contrato-programa.

3 - A entidade beneficiária deve organizar e arquivar autonomamente a documentação justificativa da aplicação dos apoios concedidos.

4 - O primeiro outorgante reserva-se o direito de, a todo o tempo, solicitar a apresentação da documentação referida no número anterior.

#### Cláusula 6.ª

##### Revisão

O presente contrato pode ser modificado nos termos do artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019.

#### Cláusula 7.ª

##### Suspensão

Os benefícios financeiros concedidos ao abrigo do presente contrato suspendem-se se a entidade beneficiária se encontrar, em qualquer momento, em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais, para com a segurança social ou para com a entidade concedente.

#### Cláusula 8.ª

##### Cessação

1 - O presente contrato cessa:

- Quando estejam concluídas todas as obrigações assumidas pelo segundo outorgante;
- Quando, por causa imputável à entidade responsável pela execução do programa, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos;
- Quando a entidade concedente do apoio exerça o seu direito de resolver o contrato;
- Quando não forem apresentados os documentos a que se refere o n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019;
- Quando não forem apresentadas as informações e ou os documentos a que se refere a alínea h) da cláusula 2.ª.

2 - A cessação do contrato efetua-se através de notificação dirigida à parte outorgante, no prazo máximo de 30 dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

3 - A cessação antecipada do contrato é precedida de audiência do segundo outorgante, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

CONTRATO PROGRAMA DDC 50-2021



**Cláusula 9.ª****Direito à restituição**

1 - O incumprimento culposo do contrato-programa, por parte da entidade beneficiária da comparticipação financeira, confere à entidade concedente o direito a reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa.

2 - É aplicável o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019.

**Cláusula 10.ª****Publicidade**

O presente contrato deve ser publicitado nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019.

**Cláusula 11.ª****Omissões**

Nos casos omissos é aplicável o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019., e as demais normas de direito administrativo.

**Cláusula 12.ª****Efeitos**

1 - O presente contrato produz efeitos reportados à data da deliberação.

2 - O presente contrato-programa foi aprovado através de deliberação da Câmara Municipal de 20 de dezembro de 2021.

Marinha Grande, 28 de dezembro de 2021

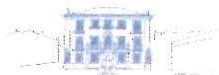
1º Outorgante

2º Outorgante



S.I.R. 1º de Maio  
Piscassinos  
Nif: 501056467  
A Direção

CONTRATO PROGRAMA DDC 50-2021





**Formulário de Candidatura**  
**Regulamento Municipal de Apoio ao Desporto Federado**  
**RMADF**

<p>CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO de Marinha Grande DE MARINHA GRANDE</p> <p>30 JUL. 2021</p> <p>N.º 8564/2021</p>	<p>A DDC</p>	<p>WEBDOC: _____</p> <p>DATA: _____</p>
--	------------------	---

**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

**Requerente:**  
Entidade: Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio  
Morada: Rua dos Fundadores nº38, 2430-420 Picassinos, Marinha Grande  
NIPC: 501056467 NIB: \_\_\_\_\_  
Contacto:  
Telefone: 916524880 Email: andebol.sir1maio@gmail.com  
Pessoa de contacto: Cristina Sousa  
Cargo da Direção: Presidente

**TIPO DE APOIO**

1. Apoio à participação no quadro competitivo oficial de Federações Desportivas com Estatuto de Utilidade Pública Desportiva alínea a) do artigo 6.º do RMADF;

2. Apoio à participação em competições que promovam e projetem o Concelho da Marinha Grande alínea b) do artigo 6.º do RMADF

A entidade assume inteira responsabilidade nos termos da lei, pela exatidão de todas as declarações e documentos constantes deste formulário de candidatura. Falsas declarações implicam o indeferimento do processo ou o reembolso do montante do apoio atribuído.

Data: 29 / 07 / 2021  
S.I.R. 1º de Maio  
Picassinos  
Assinatura:   
N.º: 501056467  
A Direção



**REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO AO DESPORTO FEDERADO  
/  
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**

**ANO DE 2021/2022**

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE REQUERENTE:

**SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1º DE MAIO**

PARA:

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE  
PRAÇA GUILHERME STEPHENS  
2430-960 - MARINHA GRANDE  
[geral@cm-mgrande.pt](mailto:geral@cm-mgrande.pt)





**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**  
**ANO DE 2021/2022**

**0. Objectivo do Programa de Desenvolvimento Desportivo**

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019, que aprova o regime jurídico dos contratos-programas de desenvolvimento desportivo, a atribuição de apoios financeiros, materiais e logísticos bem como de patrocínios desportivos, por parte do Estado, Regiões Autónomas ou Autarquias Locais, carece da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo entre a entidade concedente e a entidade beneficiária.

De acordo com o artigo 8.º, a concessão de apoios mediante a celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo tem em vista, nomeadamente, os seguintes objectivos:

- Enquadrar a execução de programas concretos de promoção da actividade física e do desporto;
- Fazer acompanhar a concessão dos apoios por uma avaliação completa dos custos de programa ou projecto, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução;
- Permitir a intervenção e mútua vinculação de diversas entidades interessadas na realização de um mesmo programa de desenvolvimento desportivo;
- Reforçar o sentido de responsabilidade dos outorgantes relativamente ao cumprimento das obrigações por eles livremente assumidas;
- Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios são concedidos.

O n.º 1 do artigo 11.º impõe a necessidade das associações e clubes desportivos que se proponham à realização de contratos-programa de desenvolvimento desportivo com a Autarquia Local, que estes integrem, no respectivo clausulado ou em anexo ao mesmo, o seu programa de desenvolvimento desportivo objecto dessa comparticipação. Acresce ainda referir que no n.º 2 do mesmo artigo se clarifica o que se considera por programas de desenvolvimento desportivo:

- Os planos regulares de acção das entidades que fomentam e dirigem, no plano nacional, regional ou local, a prática das diversas modalidades desportivas;
- Os planos de acção específica destinados a promover e divulgar a actividade física e o desporto, a organizar competições com interesse social ou desportivo relevante ou a apoiar a participação de praticantes portugueses em provas internacionais;
- Os projectos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos;
- As iniciativas que visem o desenvolvimento e a melhoria da prática da actividade física e do desporto, nomeadamente nos domínios da formação, da documentação, da investigação ou das relações com organismos internacionais.

O artigo 12.º define claramente no n.º 1 os elementos que os programas de desenvolvimentos desportivos devem conter:

- Descrição e caracterização específica das actividades a realizar;
- Justificação do programa, nomeadamente do ponto de vista do desenvolvimento das modalidades em causa e das provas, competições ou eventos desportivos a realizar;
- Quantificação dos resultados esperados com a execução do programa;
- Previsão de custos e das necessidades de financiamento público, com os respectivos cronogramas ou escalonamentos;
- Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humana oferecido pela entidade proponente para a execução do programa, incluindo, se for caso disso, a indicação de outras comparticipações, financiamentos ou patrocínios e respectivas condições;
- Identificação de quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades;
- Relações de complementaridade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas, se os houver;
- Calendário e prazo global de execução do programa de desenvolvimento desportivo;
- Destino dos bens adquiridos ou construídos ao abrigo do programa, se a sua titularidade não ficar a pertencer à entidade outorgante do contrato, bem como a definição da entidade responsável pela sua gestão e manutenção.

O n.º 2 do mesmo artigo refere que quando o programa tiver em vista a construção de instalações ou equipamentos desportivos deve, ainda, além dos elementos referidos no número anterior, conter a planta da respectiva localização e os estudos prévios ou descrições técnicas necessários à sua apreciação

Por último no n.º 3 impõe que se estiver prevista a participação de terceiras entidades no contrato-programa, devem estas ser igualmente identificadas na proposta, com indicação dos respectivos direitos e obrigações.

Assim, no sentido de facilitar a elaboração deste programa de desenvolvimento desportivo, a Câmara Municipal da Marinha Grande, desenvolveu o presente documento que deverá ser preenchido mediante a candidatura a efectuar e remetida à Divisão de Desenvolvimento da Cidadania do Município da Marinha Grande.



## 1.ª Parte - Conteúdo Funcional

### 1. Programa de Desenvolvimento Desportivo

\* caracterizar o programa de desenvolvimento desportivo, seleccionando, indicando com uma cruz (X), a(s) área(s) a que respeita esta candidatura. (artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019.

- Plano de acção regular que visa o desenvolvimento de uma ou mais modalidades desportivas ;
- Plano de iniciativas que visem o desenvolvimento e a melhoria da prática da actividade física e do desporto.
- Projectos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos;

### 2. Objecto do Programa de Desenvolvimento Desportivo

\* neste campo deve a entidade elaborar uma breve descrição e caracterização específica das actividades a realizar, indicando as diversas modalidades, escalões, campeonatos e provas oficiais que irá disputar, bem como a justificação do programa de desenvolvimento desportivo - Ver (alínea a) e b) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019.

A SIR 1º de Maio situada em Picassinos e fundada em 1921 é a associação mais antiga da Marinha Grande. Ao longo da sua existência tem vindo a desenvolver e dinamizar muitos projetos., quer de âmbito cultural, quer desportivo. No âmbito desportivo, a SIR já teve ligações a várias modalidades, desde o xadrez, ao ténis de mesa, passando pelo voleibol, mas presentemente é o Andebol a modalidade rainha em Picassinos.

A SIR 1º de MAIO tem há 27 anos o desenvolvimento do ANDEBOL como atividade desportiva principal e federada. Temos como preocupação fundamental, a formação da personalidade dos mais jovens e a sua interação em grupo, com definição de objectivos claros, fomentando através do desporto o seu posicionamento na sociedade e criando a auto-estima essencial para uma vida saudável.

A captação de novos jovens para a prática do andebol continua a ser um objetivo presente em todas épocas, mas infelizmente, temos sentido dificuldades acrescidas, em cada ano que passa. A captação de novos atletas não tem registado, o crescimento desejável para que possamos garantir o futuro da modalidade no escalão sénior. Uma das razões, reside no facto da nossa cidade ter uma oferta muito diversificada no que respeita à prática desportiva, quer em modalidades individuais, quer em modalidades colectivas.

Na época que está a iniciar 2021/2022, queremos participar em todas as competições, provas e torneios da responsabilidade da Federação de Andebol de Portugal, da Associação de Andebol de Leiria e demais Associações de acordo com a regulamentação das provas.

Para a época 2021/2022, a Federação de Andebol de Portugal mantém as alterações introduzidas na época passada, pois devido à situação pandémica que ainda atravessamos não foi possível ter a mesma quantidade de jovens a treinar e durante toda a época. Mantém ainda todos os escalões como época transata dando-lhes novas designações /Sub-13/Sub-14/Sub-15/Sub-16/Sub-17/Sub-18/Sub-20/Séniiores. Estamos neste momento, mais do que nunca empenhados no nosso trabalho de captação e formação, pois queremos voltar a atingir os 250 atletas.

Esperamos participar, com os escalões do quadro abaixo, num total de 15 equipas, sendo 5 equipas nos escalões de formação mais novos, 7 equipas nos escalões superiores de formação e 3 equipas séniores, em ambos os géneros nas seguintes provas:

PROVA	Nº EQUIPAS	ESCALÃO	Época 2021/2022 PROVAS NACIONAIS
PO 09	1	SENIORES	Campeonato Nacional da 1ª Divisão
PO23		FEMININOS	Taça de Portugal
PO10	1	SUB-23	Campeonato Nacional da 2ª Divisão
PO23		FEMININOS	Taça de Portugal Taça Rui Faria
PO 03	1	SENIORES MASCULINOS	Campeonato Nacional da 3ª Divisão
PO 20			Taça de Portugal
			Taça de Honra da Associação de Andebol de Leiria Taça Rui Faria
PO04	1	SUB-20 MASCULINOS	Campeonato Nacional Taça de Leiria
PO12	1	SUB-17 FEMININOS	Campeonato Nacional Taça A. A. Leiria
PO 06	1	SUB-18 MASCULINOS	Campeonato Nacional Taça A. A. Leiria
PO13	1	SUB-15 FEMININOS	Campeonato Nacional Taça A. A. Leiria
PO 08	1	SUB-16 MASCULINOS	Campeonato Nacional Taça A. A. Leiria
PO14	1	SUB-13 FEMININOS	Encontro Nacional Encontros Regionais
PO15	1	SUB-14 MASCULINOS	Encontro Nacional Encontros Regionais
PO37	6	MANTAS, BAMBIS MINIS	Encontro Nacional Concentrações Regionais e Inter Regionais





Nas situações em que as nossas equipas não consigam passar à segunda fase dos campeonatos nacionais, disputarão os respetivos torneios e provas organizados pela Associação de Andebol de Leiria, ou outra Associação de Andebol, de forma a podermos manter os nossos atletas ativos até ao final da época desportiva e em permanente aprendizagem e evolução.

Além das provas referidas acrescem ainda, as diversas participações das nossas equipas em Torneios organizados por outros clubes, estágios e jogos de preparação/treino ao longo de toda a época desportiva, nomeadamente nos períodos de pausa no calendário competitivo e escolar.

### 3. Quantificação dos Resultados Esperados com a Execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo

\* neste campo deve a entidade preencher os resultados, qualitativos e quantitativos, que pretende alcançar com o programa de desenvolvimento desportivo (alínea c) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019.

Queremos dar continuidade ao trabalho realizado na formação, de forma a que os nossos atletas sejam cada vez melhores todos os dias. Procurar aumentar o número de praticantes e divulgar ainda mais a modalidade.

Superar os resultados desportivos da época anterior.

Contribuir para a promoção de um estilo de vida mais saudável entre os mais jovens e enriquecer a sua formação pessoal e desportiva e continuar a trabalhar para que mais de um terço dos nossos atletas pertençam às camadas de formação.

(A Federação de Andebol de Portugal considera escalões de formação, desde manitas até SUB-20)

#### Temos como objetivos:

- Chegar aos 250 atletas federados
- Duplicar as equipas de bambis/minis
- Campeãs Regionais de SUB-17 Femininas
- Campeão Regional de SUB-18 Masculinos
- Campeãs Regionais de SUB-20 Masculinos
- Fase Final de SUB-23 (Séniiores femininas B)
- Classificação entre os 3 primeiros lugares no Campeonato Nacional 1ª Divisão de Séniores Femininos;
- Chegar à Final4 da Taça de Portugal de Séniores Femininas
- Campeões Regionais da 3ª Divisão de Séniores Masculinos
- Apuramento e Subida à 2ª Divisão de Séniores Masculinos

Todas as equipas em geral têm competições por todas as regiões do país, divulgando assim o nome da cidade da Marinha Grande por todo o território nacional. A nossa cidade recebe ainda todos os fins-de-semana visitantes de todo o país, sendo que em destaque tem estado a nossa equipa de seniores femininos, que além de Portugal Continental, divulgam o nome da nossa cidade pelas Regiões Autônomas e em também por vários países da Europa, em torneios e competições que têm participado.

É também nosso objetivo, ter mais atletas a serem convocados para as seleções regionais e nacionais, facto que tem acontecido nos últimos anos, mas queremos aumentar ainda mais.

Para levar a cabo estes objetivos, há condições muito importantes que temos de assegurar, tais como:

- a) Ter horas de treino,
- b) Competência técnica dos treinadores,
- c) Disponibilidade de pavilhão para treinos específicos, pois neste momento, as horas disponíveis do pavilhão estão a ser ocupadas por treinos de equipa e não sobra tempo para treinos específicos, que são fundamentais para levar atletas às seleções e orgulhar os municípios do concelho!
- d) Também as condições de transporte de tantas equipas e atletas, são fundamentais e para isso, é fundamental apoio do município, na disponibilização de transportes das equipas nos fins de semana, por exemplo com os minibus



4. Identificação de outras entidades associadas à gestão do Programa de Desenvolvimento Desportivo (quando aplicável)

\* neste campo deve a entidade identificar quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades (alínea f) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019.

No âmbito do Projeto o "Sírto vai às escolas", é nosso objetivo manter a parceria com o Agrupamento de Escolas da Maceira, mas também alargar aos Agrupamentos da Marinha Grande, tentando assim trazer mais atletas à prática da modalidade na SIR 1º MAIO.

No âmbito do Protocolo de cooperação entre clubes realizado entre a Associação de Andebol de Leiria, o Colégio João de Barros e a SIR 1º de Maio, relativo à equipa seniores femininos da 1ª divisão nacional, SIR 1º de Maio/ADA CJB, é da nossa responsabilidade e competência a gestão desportiva, administrativa e financeira da equipa.

5. Relações de complementariedade com outros programas realizados ou em curso (quando aplicável)

\* neste campo deve a entidade preencher, caso se verifique, as relações de complementariedade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas (alínea g) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019.

Contamos vir a efetuar outras candidaturas à Câmara, na área desportiva, com vista à organização e realização de atividades e eventos que são um complemento a este programa para atividade regular federada, como o RMA DF, o programa REATIVAR do IPDJ e a candidatura à Bandeira de Ética.

6. Calendário e Prazo Global de Execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo

\* neste campo deve a entidade preencher a data de início e o termo do programa de desenvolvimento desportivo (alínea h) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019.

Calendário:

Início da execução do Programa: 15 de Agosto de 2021

Termo da execução do Programa: 31 de Julho de 2022



*[Handwritten signature in blue ink]*

**2.ª Parte - Conteúdo Financeiro**

**7. Participação em Competições/Provas de Desporto Federado**

Tabela 1-A Tabela a preencher para as modalidades ou disciplinas que disputam competições ou provas no quadro competitivo nacional (modalidades individuais). A entidade deve identificar o número de atletas, inscritos nas respectivas federações, por modalidade desportiva individual e por escalão.

Modalidade Desportiva Individual	Escalaço	N.º de Atletas	
		M	F
<b>Total</b>		0	0

Tabela 1-B Tabela a preencher para as modalidades ou disciplinas que disputam competições ou provas no quadro competitivo nacional (modalidades colectivas). A entidade deve identificar o número de atletas, inscritos nas respectivas federações, por modalidade desportiva individual e por escalão.

Modalidade Desportiva Colectiva	Escalaço	N.º de Atletas	
		M	F
ANDEBOL	SENIORES	32	32
ANDEBOL	SUB-23		32
ANDEBOL	SUB-20	32	32
ANDEBOL	SUB-17		32
ANDEBOL	SUB-16	32	
ANDEBOL	SUB-15		32
ANDEBOL	SUB-14	32	
ANDEBOL	SUB-13		32
ANDEBOL	MINIS	32	32
ANDEBOL	BAMBIS	32	32
ANDEBOL	MANITAS	32	32
<b>Total</b>		224	288



### 8. Previsão de Custos e de Receitas

\* nestes campos deve a entidade preencher os custos e as receitas individualizadas por modalidade desportiva constante no programa de desenvolvimento desportivo (alínea d) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019.

Tabela 2-A Tabela a preencher com todas as despesas previsionais (orçamentadas) para a actividade federada enunciada na tabela 1-A e 1-B

Modalidade Desportiva	Descrição Sumária da Despesa	Despesa Prevista
ANDEBOL	<u>Custo de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Remuneração pessoal técnico	42 000,00 €
	Conservação e reparação de materiais desportivos	2 800,00 €
	Aquisição de equipamentos desportivos	5 200,00 €
	Conservação, reparação e manutenção de instalações	5 600,00 €
	Inscrições e seguros de atletas	22 000,00 €
	Alimentação e estadia	18 000,00 €
	Outros custos	12 500,00 €
	<b>Total</b>	<b>108 100,00 €</b>
	<u>Custo de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Remuneração pessoal técnico	
	Conservação e reparação de materiais desportivos	
	Aquisição de equipamentos desportivos	
	Conservação, reparação e manutenção de instalações	
	Inscrições e seguros de atletas	
	Alimentação e estadia	
	Outros custos	
	<b>Total</b>	
	<u>Custo de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Remuneração pessoal técnico	
	Conservação e reparação de materiais desportivos	
	Aquisição de equipamentos desportivos	
	Conservação, reparação e manutenção de instalações	
	Inscrições e seguros de atletas	
	Alimentação e estadia	
	Outros custos	
	<b>Total</b>	- €
	<u>Custo de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Remuneração pessoal técnico	
	Conservação e reparação de materiais desportivos	
	Aquisição de equipamentos desportivos	
	Conservação, reparação e manutenção de instalações	
	Inscrições e seguros de atletas	
	Alimentação e estadia	
	Outros custos	
	<b>Total</b>	- €



Tabela 2-B Tabela a preencher com todas as receitas previsionais (orçamentadas) para a actividade federada enunciada na tabela 1-A e 1-B

Modalidade Desportiva	Descrição Sumária da Receita	Receita Prevista
ANDEBOL	<u>Receita de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Formação / Camadas jovens	5 000,00 €
	Patrocínios / Publicidade	8 000,00 €
	Bilheteira	- €
	Subsídios da Câmara Municipal	90 000,00 €
	Subsídios de outras entidades públicas	- €
	Apoios e donativos particulares	5 000,00 €
	Outras receitas	2 000,00 €
	Total	110 000,00 €
	<u>Receita de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Formação / Camadas jovens	
	Patrocínios / Publicidade	
	Bilheteira	
	Subsídios da Câmara Municipal	
	Subsídios de outras entidades públicas	
	Apoios e donativos particulares	
	Outras receitas	
	Total	- €
	<u>Receita de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Formação / Camadas jovens	
	Patrocínios / Publicidade	
	Bilheteira	
	Subsídios da Câmara Municipal	
	Subsídios de outras entidades públicas	
	Apoios e donativos particulares	
	Outras receitas	
	Total	- €
	<u>Receita de Funcionamento da Modalidade:</u>	
	Formação / Camadas jovens	
	Patrocínios / Publicidade	
	Bilheteira	
	Subsídios da Câmara Municipal	
	Subsídios de outras entidades públicas	
	Apoios e donativos particulares	
	Outras receitas	
	Total	- €

Tabela 3 Tabela a preencher com o valor total das despesas e receitas previsionais (orçamentadas) para a actividade federada enunciada na tabela 1-A e 1-B

Total de Despesas Tabela 2-A	108 100,00 €
Total de Receitas Tabela 2-B	110 000,00 €



### 9. Destino dos bens adquiridos ao abrigo do programa e outras Informações

\* neste campo deve a entidade indicar qual o destino dos bens adquiridos ao abrigo do programa, se a sua titularidade não ficar a pertencer à entidade beneficiária e outras informações que considere relevantes na análise do programa de desenvolvimento desportivo

Todos os bens adquiridos ao abrigo do programa, estarão ao dispor da comunidade para a prática do desporto, ou para o recreio dos municípios.

O nosso objetivo, é dinamizar mais atividades desportivas, para que a população se mantenha ativa, contribuindo para a saúde de todos e combater o isolamento social.

### 10. Responsáveis pela assinatura do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo

O contrato-programa de desenvolvimento desportivo deverá ser obrigatoriamente assinado pelos responsáveis da entidade, de acordo com a forma de obrigar. Assim deve indicar o nome completo e o cargo que desempenha:

#### Responsável 1:

Nome: Cristina de Jesus e Sousa

Membro da direcção com as funções de: Predidente da Direcção

#### Responsável 2:

Nome: Marília Sousa

Membro da direcção com as funções de: Tesoureiro

### 11. Documentos necessários e indispensáveis para a elaboração do cálculo do apoio financeiro a atribuir.

- Declaração/comprovativo em que a federação da modalidade desportiva tem estatuto de utilidade pública desportiva;
- Declaração/comprovativo da respetiva Federação/Associação datada e assinada com o nº de atletas por escalões e modalidades inscritos na época desportiva 2020/2021;
- Declaração/comprovativo da respetiva Federação/Associação com indicação do número de atletas permitidos na ficha/boletim de jogo na época desportiva 2020/2021;
- Declaração/comprovativo do respetivo Clube com indicação das equipas "B", por modalidade e escalão na época desportiva 2020/2021;
- Declaração/comprovativo do respetivo Clube caso utilize unicamente instalações própria para treinos desportivos por escalão e por modalidade na época desportiva 2020/2021;
- Declaração/comprovativo do respetivo Clube com indicação se promove escalões mais jovens do que infantis, iniciados, juvenis e juniores na época desportiva 2020/2021;
- Declaração/comprovativo do respetivo Clube com indicação do nível de treinador (nível 2 ou superior) quantidade de treinadores no universo do Clube. Deve ser acompanhado com o certificado de habilitações dos respetivos treinadores na época desportiva 2020/2021;
- Declaração/comprovativo do respetivo Clube (desportos individuais), caso a associação ou clube tenha escalões de formação com 26 ou mais atletas inscritos na época desportiva 2020/2021;
- Declaração/comprovativo da Participação em competições nacionais nos escalões seniores e de formação desportiva e a sua designação - (Desportos Coletivos) - época desportiva 2021/2022;
- Declaração/comprovativo da Participação em competições nacionais e a sua designação - (Desportos Individuais) - época desportiva 2021/2022;
- Declaração/comprovativo de Excelência Desportiva - (3 primeiros classificados) - (Desportos coletivos) - época desportiva 2020/2021;
- Declaração/comprovativo de Excelência Desportiva - (3 primeiros classificados) - (Desportos Individuais) - época desportiva 2020/2021;
- Declaração/comprovativo de Excelência Desportiva - (Final na Taça de Portugal) - (Desportos coletivos) - época desportiva 2020/2021;
- Declaração/comprovativo de Excelência Desportiva - (Final na Taça de Portugal) - (Desportos Individuais) - época desportiva 2020/2021;
- Declaração/comprovativo de Excelência Desportiva - (Número de Atletas convocados com participação em competições de seleção nacional) na época desportiva 2020/2021;
- Declaração/comprovativo de Participação na competição máxima nacional - (Desportos Coletivos/ escalão sénior) na época desportiva 2021/2022;
- Declaração/comprovativo do Numero de Atletas com participação na competição máxima nacional - (Desportos individuais/ escalão sénior) na época desportiva 2020/2021.

#### Nota:

Todas declarações têm de ser datadas e assinadas pelo responsável da entidade.

Caso não sejam anexados os documentos solicitados ao respetivo formulário de candidatura, os cálculos serão realizados por omissão de dados.



## 12. Assinatura do Programa de Desenvolvimento Desportivo

O Programa de Desenvolvimento Desportivo deve ser acompanhado pelas declarações válidas de não dívida às Finanças e à Segurança Social, devendo existir o consentimento expreso para a consulta da situação tributária e na Segurança Social por parte dos serviços da Câmara Municipal.

O presente documento deverá ser devidamente assinado e carimbado pelo Presidente da direção, ou um dos seus representantes.

Data: 18 / 11 / 2021  
S.T.R.T. de Maio  
Picassinos  
N.º 501056467  
A Direção

## 13. Relatório Final do Programa de Desenvolvimento Desportivo

Tomei conhecimento que, após a conclusão do Programa de Desenvolvimento Desportivo, terá de ser elaborado e enviado até 31 de agosto de 2022 à Câmara Municipal da Marinha Grande um relatório de execução do programa de desenvolvimento desportivo, que avalia os pontos n.º 2, 3, 7 e 8 deste programa, conforme disposto no n.º 5 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março de 2019 e o contrato programa que vir a ser celebrado.

Recebido em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_,

por \_\_\_\_\_  
{a preencher pela Divisão de Desenvolvimento da Cidadania}